

Programa redefiniu papel do Estado e modernizou horticultura

Gabriel Vicente Bitencourt de Almeida*



Folder com Normas de Classificação da Banana, elaborado pelo Programa Brasileiro de Modernização da Horticultura da Ceagesp

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo (SAA SP) implantou, em 1996, um novo sistema de gestão que redefiniu o papel do Estado, em seu âmbito: de executor paternalista, ele passou a atuar, desde então, como articulador e mediador de interesses, graças a um conjunto de medidas, entre as quais se inclui a criação de 24 Câmaras Setoriais para as principais cadeias de agronegócios paulistas e de um Conselho Regional de Desenvolvimento Agrícola, para cada uma das 40 regiões agrícolas do Estado de São Paulo. A Câmara Setorial passou a atuar como instrumento de articulação entre os diferentes elos da cadeia de produção, num ambiente neutro e supervisionado pelo Governo, para a identificação de problemas comuns e de entraves ao desenvolvimento, formulando propostas e encaminhando soluções. O bom funcionamento de cada Câmara Setorial, cujas decisões são tomadas por consenso, garante a continuidade das políticas e das ações demandadas pelo setor produtivo, mesmo com as mudanças das gestões governamentais.

Ao Conselho Regional de Desenvolvimento Agrícola, cabe a formulação, articulação e implantação da política regional de desenvolvimento agrícola. Para garantir base sólida às Câmaras Setoriais, foram feitos estudos em todas as cadeias de produção, de forma a retratar as conjunturas atuais, entraves e perspectivas. Esses estudos foram enviados aos



Produtos com normas de classificação obtêm maior qualidade e preço no mercado

representantes das cadeias de produção e seus resultados foram debatidos em reuniões de trabalho, para a identificação dos principais gargalos ao crescimento dos setores e para a definição de suas metas de trabalho. Nas reuniões de trabalho específicas da “cadeia de frutas” e da “cadeia de hortaliças”, promovidas nos anos de 1996 e 1997 pela SAA SP, identificaram-se dois principais entraves à modernização dos setores: a ausência de padrões comerciais e a má qualidade das embalagens.

Em resposta, foi criado o “Programa Paulista para a Melhoria dos Padrões Comerciais e Embalagens de Hortigranjeiros”, de adesão voluntária e auto-regulamentação setorial, objetivando desenvolver normas de classificação e padrões de qualidade para frutas e hortaliças frescas, além de mudanças nas embalagens e logística. A Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), um dos elos participantes das duas Câmaras, ficou encarregada de operacionalizar o Programa. Para isso, criou o Centro de Qualidade em Horticultura (CQH), que começou seu trabalho em setembro de 1997. Hoje, a Ceagesp não é mais uma companhia ligada à SAA SP, mas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), mas manteve e ampliou a equipe do CQH.

O Entrepósito Terminal de São Paulo (ETSP), da Ceagesp, é um laboratório excepcional para estudos de qualidade e mercado. Concentra produtos de 1.400 municípios do Brasil e de 14 países. É um ponto de encontro de produtores, transportadores, atacadistas, varejistas e distribuidores — fontes vivas de informações sobre os produtos. O produto que chega ao mercado resulta do conhecimento agrônomo empregado em sua produção, do esforço do produtor, da aptidão da região de produção e ainda dos cuidados verificados nos processos de colheita, pós-colheita e transporte. Os problemas da cadeia de produção de frutas e hortaliças em São Paulo são compartilhados por outros Estados.

A repercussão das atividades do “Programa Paulista” no resto do país fez com que produtores, empresas e órgãos de governo quisessem dele participar e trabalhar em conjunto com o Estado de São Paulo. Da reunião nacional para a criação de normas de classificação para o abacaxi, realizada em janeiro de 2000 no auditório da Ceagesp, participaram representantes de São Paulo, Paraná, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Tocantins e Pará, o que a transformou em marco da nacionalização do Programa. Em seguida, as Câmaras Setoriais de Frutas e de Hortaliças, de São Paulo, transformaram o Programa Paulista em “Programa Brasileiro para a Melhoria dos Padrões Comerciais e Embalagens”.

Em 2002, houve nova mudança desse nome para “Programa Brasileiro para a Modernização da Horticultura”, em virtude do aumento de sua amplitude de atuação, que passou a abarcar: apoio ao produtor, capacitação de todos os elos da produção, pesquisa e desenvolvimento. A principal atividade desse Programa continua sendo a construção de normas de classificação e a definição de padrões de qualidade para frutas e hortaliças frescas, exigindo nove etapas de trabalho, que são as seguintes:

1. estudo detalhado das características do produto e do seu processo de valorização no mercado;

2. estudo das normas existentes no Brasil e no resto do mundo;

3. montagem de uma primeira proposta da norma de classificação do produto;

4. envio da proposta para críticas e sugestões aos produtores, técnicos, atacadistas e varejistas que entendem e trabalham com o produto; colocação da proposta em consulta pública, nos endereços eletrônicos das seguintes instituições: Ceagesp, Hortibrasil, Sociedade Brasileira de Olericultura, Portal Toda Fruta;

5. consolidação das sugestões e realização de novos levantamentos;

6. reunião nacional do Grupo de Trabalho do Produto (constituído por representantes de todos os elos da cadeia de produção), para consolidação das sugestões, discussão e aprovação da norma (alguns produtos exigem várias reuniões e mais levantamentos);

7. apresentação à Câmara Setorial que abrange o produto estudado, para análise e aprovação;

8. elaboração e impressão de uma cartilha ilustrada sobre a norma (folder);

9. lançamento da cartilha ilustrada da Norma de Classificação do Produto.

Uma boa classificação deve garantir homogeneidade visual ao lote, utilizar características mensuráveis, abranger todo o lote, atender às exigências do

mercado e ser de fácil adoção pelos bons produtores. Até novembro de 2006, foram construídas normas de classificação para 35 frutas e hortaliças, responsáveis por mais de 95% do volume comercializado. A maior parte delas (28), já foi impressa, num total de 502.000 exemplares. Alguns produtos já tiveram suas normas revistas, como o tomate e a banana. Os produtos com cartilhas impressas são: abacaxi, banana Cavendish, banana, caju, goiaba, laranja, limão Tahiti, mamão, manga, maracujá azedo, melão, pêssego e nectarina, tangerina, uva fina, uva rústica, alface, batata, berinjela, cebola, cenoura, couve-flor, mandioquinha-salsa, melão, morango, pepino, pimentão, quiabo e tomate. Os produtos com normas aprovadas, mas ainda sem cartilhas impressas, são: maracujá doce, figo, abobrinha, batata doce, chuchu, melancia, repolho e vagem. Os produtos com normas em fase de elaboração e aprovação são: abacate, abóbora, agrião, beterraba, inhame-cará, taro-inhame. Maiores informações podem ser encontradas no endereço eletrônico (www.classificacao.org.br). 

** Gabriel Vicente Bitencourt de Almeida é engenheiro agrônomo do Centro de Qualidade em Horticultura da Ceagesp (galmeyda@ceagesp.gov.br).*



Produz Brasil!
Com redução de desperdícios e aumento da qualidade e durabilidade das frutas

arua
tecnologia de pós-colheita e tratamento de frutas

Fone/fax: (16) 3384 3555 - www.arua.com.br

ceras - fungicidas - detergentes - filtros de etileno - malhas tubulares - flow-pack
pesadoras - embaladoras - máquinas p/ beneficiamento - assistência técnica - consultoria